

GUILHERME MADEIRA

GUSTAVO BADARÓ

ROGERIO SCHIETTI CRUZ

---

# CÓDIGO de PROCESSO PENAL

---

Estudos comemorativos aos  
80 ANOS de vigência

Volume

1

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™

*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aline Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Operações Editoriais:* Aiana Fagundes Valério

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adel Nasser

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patricia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

*Capa:* Linotec

*Lider de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURICIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

---

Código de Processo Penal : estudos comemorativos aos 80 anos de vigência : Volume 1 / Guilherme Madeira, Gustavo Badaró e Rogerio Schietti Cruz. Coordenação São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-5991-643-6

1. Processo penal 2. Processo penal - Brasil I. Madeira, Guilherme. II. Badaró, Gustavo. III. Cruz, Rogerio Schietti.

21-84460

CDU-343.1(81)(094.4)

---

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Código de Processo Penal 343.1(81)(094.4)  
Cibele Maria Dias - Bibliotecária CRB-8/9427

## SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	5
ROGERIO SCHIETTI CRUZ, GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ E GUILHERME MADEIRA DEZEM	
SOBRE OS COORDENADORES.....	9

### PARTE I PRINCÍPIOS

PENSANDO UM SISTEMA ACUSATÓRIO PARA O BRASIL A PARTIR DOS MODELOS DOS EUA, DA ARGENTINA, DO CHILE E DO MÉXICO .....	27
JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO, ANA MARIA LUMI KAMIMURA MURATA E THIAGO COCHENSKI BORBA	
1. Introdução .....	27
2. Experiência estrangeira .....	29
2.1. Investigação .....	29
2.1.1. Estados Unidos.....	29
2.1.2. Argentina .....	30
2.1.3. Chile .....	32
2.1.4. México .....	34
2.2. Acusação e juízo de admissibilidade.....	35
2.2.1. Estados Unidos .....	35
a) Audiência preliminar ( <i>Preliminary hearing</i> ).....	35
b) “ <i>Formal charge</i> ” e a audiência perante o <i>Grand Jury</i> .....	35
c) <i>Arraignment</i> (Acusação) .....	36
2.2.2. Argentina .....	37
2.2.3. Chile .....	38
2.2.4. México .....	39
a) <i>Continuación de la audiencia inicial</i> .....	39
b) <i>Audiencia Intermedia</i> .....	40
2.3. Processo e sentença .....	40
2.3.1. Estados Unidos.....	40
a) <i>Discovery</i> .....	40
b) <i>Pre-Trial Motions</i> .....	41
c) <i>Trial</i> .....	41

d) <i>Post-Trial Motions</i> .....	41
e) <i>Sentencing</i> .....	41
2.3.2. Argentina .....	42
2.3.3. Chile .....	43
2.3.4. México .....	44
3. Aproximação de um modelo acusatório para o processo penal brasileiro .....	45
3.1. Fundamentos .....	46
3.2. Princípios e regras: regência do art. 4º do PLS 156/09.....	48
3.3. Um exemplo a partir da <i>persecutio criminis</i> .....	51
3.3.1. Audiência inicial (investigação) .....	52
3.3.2. Audiência intermediária (acusação, juízo de admissibilidade e preparação do julgamento) .....	54
3.3.3. Audiência de julgamento (mérito) .....	55
4. Referências bibliográficas.....	56

## A (AINDA) NECESSÁRIA ADEQUAÇÃO CONSTITUCIONAL DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....

MAURO FONSECA ANDRADE

1. Introdução .....	59
2. A reserva de jurisdição aplicada à temática criminal.....	60
2.1. A fiança como medida cautelar pessoal .....	61
2.2. O sigilo das investigações criminais .....	62
3. O princípio do contraditório como proibição de decisão-surpresa .....	63
4. Uma releitura da ação penal privada subsidiária da pública.....	65
5. Conclusão .....	68
6. Referências bibliográficas.....	68

## TUDO QUE É SÓLIDO DESMANCHA NO AR. DO PROCESSO PENAL DISPUTADO À REVOLUÇÃO CONSENSUAL. PRESENTE, PASSADO E FUTURO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO .....

MARCOS ZILLI

1. Revolução e o sistema de Justiça Penal .....	71
2. A revolução negociada no processo penal. Acordos para a criminalidade de menor gravidade .....	75
3. O acordo de colaboração premiada e a segunda onda consensual.....	82
3.1. Em busca da eficiência do aparato persecutório .....	82
3.2. O acordo de colaboração premiada como negócio jurídico processual. Leituras sobre a divisão de papéis entre os sujeitos processuais.....	84
4. O acordo de não persecução penal e a terceira onda consensual do processo penal brasileiro.....	92
5. O estado da arte da Justiça consensual no Brasil .....	96
6. Referências bibliográficas.....	97

<b>RACISMO ESTRUTURAL, PROCESSO PENAL E A JUSTIÇA RESTAURATIVA...</b>	<b>101</b>
TAMIRES GOMES SAMPAIO	
1. Introdução .....	101
2. Racismo estrutural e sistema de justiça criminal .....	103
3. Justiça restaurativa e processo penal .....	105
4. Referências bibliográficas.....	109
<b>PACOTE ANTICRIME, DERRUBADA DE VETOS E O INÍCIO DA VIGÊNCIA DOS DISPOSITIVOS REINCORPORADOS: REPERCUSSÕES NO PROCESSO PENAL.....</b>	<b>111</b>
CARLOS E. ELIAS DE OLIVEIRA E ROGÉRIO SANCHES CUNHA	
1. Introdução .....	112
2. <i>Vacatio legis</i> .....	112
3. Entrada em vigor de lei no caso derrubada de veto total ou parcial (“repescagem legislativa”) .....	113
4. Como computar a <i>vacatio legis</i> dos dispositivos retardatários? Resposta com base no princípio da autonomia dos dispositivos da lei .....	115
5. Caso da Lei 13.964/19 (Pacote Anticrime): a partir de quando se aplica a qualificadora do “emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido” para homicídios? .....	117
6. Repercussões no processo penal e uma derradeira indagação.....	118
<b>A COMISSÃO DE JURISTAS PARA O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL – 1937/1938.....</b>	<b>121</b>
ANTONIO PEDRO MELCHIOR	
1. Introdução .....	121
2. Francisco Campos e a consolidação jurídica do Estado autoritário no Brasil .....	122
3. Repressão política e a comissão de juristas para o Código de Processo Penal .....	127
a. Posição dos juristas da comissão diante da perseguição política: exemplos de Narcélio de Queiroz e Nelson Hungria .....	129
b. Entre o esgotamento do regime e emprego da retórica liberal .....	135
4. Conclusões parciais.....	141
5. Referências bibliográficas.....	143
<b>O PROCESSO NO EXERCÍCIO DO GARANTISMO PENAL .....</b>	<b>145</b>
TECIO LINS E SILVA	
1. A matriz autoritária do CPP e do CPPM .....	145
2. O art. 297 do CPPM e a advocacia em tempo de ditadura .....	151
3. Conclusão .....	153
4. Referências bibliográficas.....	153

<b>80 ANOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: RUMO AO FUTURO OU FIRMES NO PASSADO?</b> .....	155
RÔMULO DE ANDRADE MOREIRA	
<b>DIREITO À DEFESA TÉCNICA NO PROCESSO PENAL E NOVAS TENDÊNCIAS DA JUSTIÇA CRIMINAL</b> .....	171
VINÍCIUS GOMES DE VASCONCELLOS	
1. Introdução .....	171
2. Ampla defesa e defesa técnica na justiça criminal: delineamentos na Constituição de 1988 e no Código de Processo Penal .....	172
3. Direito à defesa penal técnica na Convenção Americana de Direitos Humanos .....	175
4. Justiça criminal negocial e assistência por defesa técnica: o requisito da informação como pressuposto da voluntariedade .....	179
5. Considerações finais .....	183
6. Referências bibliográficas .....	183
<b>PROCESSO PENAL AUTORITÁRIO VERSUS PROCESSO PENAL GARANTISTA: DOIS ANTÍPODAS, UMA ESCOLHA</b> .....	185
ANA CLAUDIA BASTOS DE PINHO E JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES	
1. 80 anos do CPP brasileiro: um filho do “nosso pequenino fascismo Tupinambá” .....	185
2. O CPP de 1941 e a epistemologia substancialista: um clássico modelo de processo penal autoritário .....	189
3. A Constituição de 1988 e a Epistemologia Convencionalista: um programa garantista para o Processo Penal.....	195
4. Referências bibliográficas.....	198
<b>A NULIDADE COMO TEMA CENTRAL DO PROCESSO PENAL</b> .....	201
ROSMAR ANTONNI RODRIGUES CAVALCANTI DE ALENCAR	
1. Introdução .....	201
2. Fundação do direito positivo pela possibilidade de nulidade .....	202
3. Delimitação do conceito de nulidade .....	203
4. Problematização da nulidade .....	205
5. A nulidade deve ser ponto de partida no CPP.....	206
6. A nulidade deve ser eixo central do direito processual penal.....	207
7. A nulidade deve receber dogmática estruturante de suas articulações.....	209
8. Conclusão .....	211
9. Referências bibliográficas.....	212
<b>80 ANOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: A PAULATINA NATURALIZAÇÃO DO SISTEMA ACUSATÓRIO</b> .....	215
CARLOS ALBERTO GARCETE	
1. Introdução .....	215

2.	Terminologias inadequadas ao compromisso com o sistema acusatório.....	218
2.1.	Liberdade provisória .....	218
2.2.	Formação de culpa .....	221
2.3.	<i>In dubio pro societate</i> .....	222
3.	Modernas tendências ao processo penal contemporâneo .....	224
3.1.	Plenitude de defesa no tribunal do júri .....	224
3.2.	Juiz de garantias .....	229
3.3.	Investigação defensiva.....	231
3.4.	Acordo de Não Persecução Penal (ANPP).....	232
4.	O Projeto de Lei n. 8.045/2010 (novo Código de Processo Penal).....	235
5.	Conclusão.....	237
6.	Referências bibliográficas.....	239
 <b>APLICABILIDADE DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL AO DIREITO PROCESSUAL PENAL .....</b>		<b>241</b>
LUIZ FUX		
1.	O Processo Civil e o Processo Penal enquanto faces do Direito Processual....	241
2.	Cenário motivador do Código de Processo Civil de 2015.....	242
3.	Aplicação supletiva e subsidiária do Código de Processo Civil ao Processo Penal .....	253
4.	Referências bibliográficas.....	261
 <b>PROCESSO PENAL, TECNOLOGIA E DEMOCRACIA .....</b>		<b>263</b>
LUIZ EDSON FACHIN E FABIO FRANCISCO ESTEVES		
1.	Nota prévia.....	263
2.	Inteligência artificial e processo penal.....	264
2.1.	Discriminação algorítmica e predição de decisões judiciais.....	265
3.	Tribunal do júri e a democrática produção da decisão sobre o juízo do fato .....	269
3.1.	Os efeitos da diversidade na composição do tribunal do júri .....	270
4.	Conclusão .....	276
5.	Referências bibliográficas.....	277
 <b>CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: HISTÓRIA, EVOLUÇÃO E PERSPECTIVA TECNOLÓGICA.....</b>		<b>279</b>
JOSÉ AFRÂNIO VILELA E MATEUS RESENDE VILELA		
 <b>O IN DUBIO PRO SOCIETATE NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA ORIGEM E DO HISTÓRICO DE SUA APLICAÇÃO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>		<b>297</b>
REYNALDO SOARES DA FONSECA, HUMBERTO BARRIONUEVO FABRETTI E AMANDA SCALISSE SILVA		
1.	Introdução .....	298

2. A origem e a (im)possibilidade de aplicação do <i>in dubio pro societate</i> segundo a doutrina brasileira .....	299
3. A aplicação do <i>in dubio pro societate</i> pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	301
4. Conclusões.....	304
5. Referências bibliográficas .....	305

## A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO PENAL .....

NÉVITON GUEDES

1. Introdução .....	307
2. Da Constitucionalização do Direito Ordinário .....	307
3. O Iluminismo e a racionalização do processo penal .....	310
4. A constitucionalização do direito processual penal.....	312
5. O Caso brasileiro.....	314
6. Referências bibliográficas.....	319

## POSITIVISMO CRIMINOLÓGICO, TECNICISMO E AUTORITARISMO NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO: BREVISSIMA REVISÃO CRÍTICA ...

RICARDO JACOBSEN GLOECKNER E MAURICIO STEGEMANN DIETER

1. Introdução .....	321
2. A subordinação do positivismo ao tecnicismo para realização da defesa social .....	322
3. Algumas conclusões.....	332
4. Referências bibliográficas.....	333

## RELEITURA DA PRIMEIRA FASE DA DOSIMETRIA DA REPRIMENDA PENAL À LUZ DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA, DA PROPORCIONALIDADE E DA MOTIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....

JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

1. Introdução .....	337
2. Rápida incursão histórica na evolução do princípio da individualização concreta da pena pelos magistrados no sistema penal brasileiro.....	339
3. Fixação da pena-base e natureza das circunstâncias judiciais.....	340
4. Elementares do tipo, circunstâncias judiciais e a relação entre elas .....	343
5. Residualidade das circunstâncias judiciais .....	344
6. Peculiaridades da circunstância judicial “culpabilidade”, prevista no art. 59 do Código Penal.....	345
7. Parâmetros de cálculo da pena-base: sopesamento das circunstâncias judiciais .....	347
8. Dos reflexos da adoção das diversas correntes doutrinárias .....	350
9. Outras opções adotadas pelos julgadores na modulação da pena-base .....	351
10. Conclusão .....	352
11. Referências bibliográficas.....	353



**PARTE II**  
**INVESTIGAÇÃO**

<b>A PARTICIPAÇÃO DO ASSISTENTE TÉCNICO NA FASE PRÉ-PROCESSUAL...</b>	<b>357</b>
<b>ALEXIS COUTO DE BRITO</b>	
1. Introdução .....	357
2. O Panorama Processual penal de 1941 a 2008.....	358
3. A mudança de postura: a alteração processual civil .....	360
4. Perícia e sistema inquisitório.....	362
5. Sistema acusatório, contraditório e paridade de armas .....	365
6. Conclusão .....	367
7. Referências bibliográficas.....	368
<b>REGIME JURÍDICO DO ARQUIVAMENTO DE INVESTIGAÇÕES PENAIS ....</b>	<b>369</b>
<b>ANDRÉ ESTEFAM</b>	
1. Introdução .....	369
2. Investigação penal e polícia judiciária .....	370
2.1. O procedimento investigatório criminal .....	371
3. Demais instrumentos jurídicos de investigação penal .....	371
4. Arquivamento de investigações penais .....	372
5. Controle de arquivamento de investigações penais (modelo tradicional) .....	373
6. O “calcanhar de Aquiles” do modelo tradicional .....	374
7. Lei Anticrime e o controle de arquivamento de investigações penais .....	375
8. Arquivamento de procedimentos investigatórios nos casos de atribuição originária do Chefe do Ministério Público.....	377
9. A primazia do Chefe do Ministério Público Federal para iniciar e arquivar investigações em casos de sua atribuição originária .....	379
<b>PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE A LEI N. 13.964/19, ASPECTOS PROCES- SUAIS.....</b>	<b>381</b>
<b>AFRÂNIO SILVA JARDIM E PIERRE SOUTO MAIOR COUTINHO DE AMORIM</b>	
1. Introdução .....	381
2. Juiz de Garantias e arquivamento do inquérito e peças de informação .....	381
3. Acordo penal anterior à denúncia (acordo de “não persecução” penal) .....	384
4. Alterações na prisão preventiva e na colaboração premiada .....	386
5. Conclusão .....	388
<b>80 ANOS DO CPP: NOTAS SOBRE O NOVO ARQUIVAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL EM UM SISTEMA ACUSATÓRIO “À LA CARTE” .....</b>	<b>391</b>
<b>ANDRÉ NICOLITT E SAULO MATTOS</b>	
1. Introdução: retalhos acusatórios em um CPP inquisitório .....	391
2. A abertura dialógica do novo procedimento de arquivamento do inquérito policial.....	394

3. Da fiscalização anômala do Poder Judiciário à autofiscalização finalística do Ministério Público: a trilha acusatória do novo procedimento de arquivamento .....	398
4. Considerações finais .....	403
5. Referências bibliográficas.....	403

### PARTE III AÇÃO PENAL

<b>O PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DA AÇÃO PROCESSUAL PENAL EM SEU CONFRONTO COM A REALIDADE: O PROCESSO ACUSATÓRIO E OS DESAFIOS POLÍTICO-CRIMINAIS.....</b>	<b>407</b>
--	------------

MARCO AURÉLIO NUNES DA SILVEIRA

<b>CONDIÇÕES DA AÇÃO PENAL CONDENATÓRIA: PASSADO, PRESENTE E FUTURO .....</b>	<b>417</b>
---	------------

GUILHERME MADEIRA DEZEM E ADALBERTO DE CAMARGO ARANHA

1. Introdução .....	417
2. A construção original das condições da ação penal condenatória no modelo original do Código de Processo Penal: nascedouro e evolução doutrinária .....	419
2.1. Antecedentes .....	419
2.2. A edição do Código de Processo Penal de 1941 .....	420
2.3. A doutrina e as condições da ação penal condenatória – 1941 a 2008... ..	421
3. A construção das condições da ação penal condenatória após a reforma de 2008 .....	424
4. Função das condições da ação penal condenatória e proposta de classificação .....	427
5. Conclusão .....	433
6. Referências bibliográficas .....	434

<b>O ARTIGO 41 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL APLICADO AOS CRIMES DE OMISSÃO IMPRÓPRIA .....</b>	<b>437</b>
---	------------

FLÁVIA GUTH

1. Introdução .....	437
2. A denúncia e seus pressupostos de validade .....	439
2.1. O real significado da expressão “exposição do fato criminoso e suas circunstâncias” .....	442
2.2. Denúncia genérica em crimes societários: a inépcia da inicial acusatória .....	444
3. O injusto omissivo, seus pressupostos de tipicidade e o processo de imputação de responsabilidade penal ao agente garantidor .....	446
4. Conclusão .....	453

**ALCANCE OBJETIVO DO PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO À DUPLA PERSECUÇÃO PENAL: QUESTIONAMENTOS E PERSPECTIVAS ..... 455**

MARCELO NAVARRO RIBEIRO DANTAS E THIAGO DE LUCENA MOTTA

1. Introdução .....	455
2. Conceituação e Origem Histórica .....	457
3. Contornos e limites objetivos do <i>ne bis idem</i> .....	460
3.1. O sistema alemão e a tese do <i>mesmo evento histórico</i> .....	460
3.2. O modelo estadunidense e o teste de <i>Blockburger</i> .....	464
3.3. O modelo brasileiro: fatos, tipos penais e independência de instâncias ...	466
4. Conclusão .....	472
5. Referências bibliográficas .....	474

**PARTE IV**

**ANPP**

**IMPRESSÕES SOBRE A INCIDÊNCIA DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL (ANPP) NOS CRIMES ECONÔMICOS ..... 479**

FÁBIO ANDRÉ GUARAGNI

1. Introdução .....	479
2. Uma delimitação prévia.....	482
3. Os pressupostos legais do art. 28-A projetados sobre os crimes econômicos....	486
3.1. Justa causa para denúncia.....	487
3.2. Confissão formal e detalhada do delito.....	490
3.3. Ausência de violência ou grave ameaça .....	492
3.4. Pena inferior a 4 anos .....	493
3.5. Necessidade e suficiência para a reprovação e prevenção do delito .....	494
4. As barreiras para aplicação do ANPP contidas no art. 28-A, parágrafo 2º, CPP e os delitos econômicos.....	496
5. Conclusões.....	499
6. Referências bibliográficas.....	500

**PARTE V**

**COMPETÊNCIA**

**FORO POR PRERROGATIVA DE FUNÇÃO: O CONSENSO EM TORNO DA MUDANÇA ..... 505**

FERNANDA REGINA VILARES E DANIEL ZACLIS

1. Introdução .....	505
2. Panorama geral do foro por prerrogativa de função no Brasil .....	506
3. Os aspectos problemáticos do foro por prerrogativa de função no Brasil .....	509
a. O procedimento (im)previsto.....	509
b. Dificuldades práticas .....	512
c. Aspecto político .....	515

4. A Questão de Ordem na Ação Penal 937 do STF: tentativa de correção dos problemas por vias alternativas .....	517
5. Propostas para uma futura Emenda Constitucional .....	518
6. Conclusão .....	524
7. Referências bibliográficas.....	525
Internet .....	526

<b>O JUÍZO ÚNICO PARA JULGAMENTO DA “OPERAÇÃO LAVA JATO”: VIOLAÇÕES AO PRINCÍPIO DO JUÍZ NATURAL E ÀS REGRAS DE COMPETÊNCIA PREVISTAS NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....</b>	<b>527</b>
---	------------

MAIRA FERNANDES

1. Introdução .....	527
2. O caso da Operação Lava Jato. O reconhecimento, pelo Supremo Tribunal Federal, da incompetência da 13ª Vara Federal de Curitiba para julgar os processos do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva. A violação ao princípio do juiz natural .....	529
3. O início da <i>Operação Lava Jato</i> .....	533
4. O juízo único: os principais questionamentos em torno da fixação da competência para julgamento da Lava Jato na 13ª Vara Federal de Curitiba .....	534
5. O procedimento apontado por Sergio Moro como “a origem de tudo”, distribuído à já arquivada colaboração premiada de Alberto Youssef .....	535
6. A impossibilidade de conexão por indícios de novos crimes encontrados fortuitamente em processos de terceiros e a incompetência do juízo de Curitiba para julgar crimes praticados em outros estados .....	541
7. Considerações finais .....	550
8. Referências bibliográficas.....	551

<b>A GARANTIA DO JUÍZ NATURAL NO BRASIL: NOVAS TENDÊNCIAS NA CONTENÇÃO DA MANIPULAÇÃO ARBITRÁRIA DA COMPETÊNCIA JURISDICIONAL CRIMINAL .....</b>	<b>553</b>
--	------------

ADEMAR BORGES

1. Introdução .....	553
2. O conteúdo do princípio do juiz natural .....	554
3. O princípio do juiz natural e sua projeção sobre a definição do <i>juiz-pessoa</i> competente para processar e julgar a causa penal .....	557
4. Juiz natural e as hipóteses de modificação e de concentração da competência... 4.1. A conexão como critério de modificação e de concentração da competência .....	565 566
5. As consequências processuais da violação às regras de competência: o regime jurídico de nulidade processual e sua vinculação ao parâmetro do juízo aparente .....	572
6. Conclusões: desenvolvimentos recentes da jurisprudência nacional acerca da garantia do juiz natural à luz dos desafios brasileiros contemporâneos ....	582
7. Referências bibliográficas.....	584

<b>DE CONEXÃO, PREVENÇÃO E REUNIÃO DE PROCESSOS: MULTIPLICIDADE DE FASES DE OPERAÇÕES COMO CRITÉRIO DE FIXAÇÃO DE COMPETÊNCIA .....</b>	<b>589</b>
<b>EUGÊNIO PACELLI DE OLIVEIRA E MATHEUS OLIVEIRA DE CARVALHO</b>	
1. Tema e problemas .....	589
2. A escolha de juízos <i>universais</i> , com subtração da matéria aos demais .....	590
3. Conexão: definição e conceitos .....	594
4. As hipóteses de conexão no direito brasileiro .....	596
5. Referências bibliográficas .....	603
<b>OS 80 ANOS DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E A PRERROGATIVA DE FORO: REFLEXÕES SOBRE O ARTIGO 84 SOB A ÓTICA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL .....</b>	<b>605</b>
<b>MAURO CAMPBELL MARQUES</b>	
1. Introdução .....	605
2. O foro por prerrogativa de função no ordenamento jurídico brasileiro e no direito comparado .....	607
3. A interpretação do art. 84 do Código de Processo Penal: um debate doutrinário ainda em aberto .....	609
4. A prerrogativa de foro na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal: uma questão em aberto .....	613
5. Conclusão .....	617
6. Referências bibliográficas .....	618
<b>80 ANOS DO CPP E A FALTA DE CONDIÇÕES DE POSSIBILIDADE DE TERMOS UM JUIZ IMPARCIAL .....</b>	<b>619</b>
<b>AURY LOPES JR.</b>	
1. Recordando a genealogia do Código de Processo Penal de 1941 .....	619
2. Não basta mudar a lei, tem que mudar a cultura judiciária .....	620
3. A difícil implantação do sistema acusatório .....	623
4. Para além do sistema acusatório: o modelo do duplo juiz e a originalidade cognitiva. as condições de possibilidade da imparcialidade .....	626
5. Considerações finais e a (im)possível imparcialidade judicial no CPP de 1941 .....	630
6. Referências bibliográficas .....	631

## PARTE VI SUJEITOS

<b>ALGUMAS NOTAS SOBRE OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DAS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS E O CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....</b>	<b>635</b>
<b>JOÃO CLAUDIO COUCEIRO</b>	
1. Inglaterra .....	635
2. França .....	640
3. Brasil .....	644

4. A Carta de 37 e o novo CPP .....	663
5. Conclusão .....	676

## **A VÍTIMA NO PROCESSO PENAL: DIREITO À PROTEÇÃO E NÃO REVITIMIZAÇÃO .....**

VALÉRIA SCARANCE

1. A vítima na legislação: o despertar das leis .....	679
2. Da revitimização .....	681
3. Contornos da revitimização no processo penal .....	683
3.1. Existe direito ao silêncio para as vítimas? .....	684
3.2. A condução coercitiva da vítima .....	685
3.3. Familiares de vítimas: testemunhas numerárias ou vítimas indiretas? ...	686
3.4. Direitos mínimos previstos no CPP .....	687
4. Inconstitucionalidade da “defesa da honra” .....	688
5. Considerações finais .....	690
6. Referências bibliográficas.....	691
7. Legislação.....	691

## **A ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA DA LEI MARIA DA PENHA NO PROCESSO PENAL.....**

ELA WIECKO V. DE CASTILHO

1. Introdução .....	693
2. A violência de gênero e o art. 27 da Lei n. 11.340/2006 .....	694
3. O movimento vitimológico e os direitos da vítima .....	697
4. O art. 27 como instrumento de direito de acesso à justiça das mulheres.....	700
5. A participação da vítima no processo penal brasileiro .....	701
6. A interpretação do art. 27 na doutrina e na jurisprudência brasileira .....	703
7. Considerações finais .....	708
8. Referências bibliográficas.....	709

## **DO DIREITO FUNDAMENTAL À ASSISTÊNCIA JURÍDICA À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E A RECONSTRUÇÃO DA DINÂMICA PROCESSUAL PENAL .....**

MARCELA SANTANA LOBO

1. Introdução .....	713
2. Do direito de assistência jurídica à mulher em situação de violência de gênero como direito humano fundamental.....	715
3. Da reconstrução da dinâmica processual penal à luz dos direitos humanos das mulheres .....	719
4. Considerações Finais .....	726
5. Referências bibliográficas.....	728

## **A VÍTIMA NO PROCESSO PENAL: PASSADO, PRESENTE E FUTURO.....**

VLADIMIR ARAS

1. Introdução .....	731
---------------------	-----

2. Quem é a vítima?.....	732
3. Os impactos do crime sobre as vítimas .....	735
4. Os direitos das vítimas.....	737
5. Direitos das vítimas vs. direitos dos acusados .....	740
6. Quem deve defender a vítima em juízo? .....	743
7. A vítima como parte no processo penal .....	745
8. As justificativas para o direito das vítimas de participação no processo penal ...	747
9. A vítima no direito criminal brasileiro.....	750
10. A vítima no processo penal brasileiro vigente.....	752
11. As deficiências sistêmicas do processo penal brasileiro .....	759
12. Os direitos das vítimas no direito internacional .....	762
13. Tutela vitimária nos tribunais internacionais de direitos humanos.....	766
14. A vítima no projeto do novo CPP .....	777
15. Conclusão .....	783

GUILHERME MADEIRA

GUSTAVO BADARÓ

ROGERIO SCHIETTI CRUZ

---

# CÓDIGO de PROCESSO PENAL

---

Estudos comemorativos aos  
**80 ANOS** de vigência

Volume **2**

THOMSON REUTERS

**REVISTA DOS  
TRIBUNAIS™**



*Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais*

**JULIANA MAYUMI ONO**

*Gerente de Conteúdo*

**MILISA CRISTINE ROMERA**

*Editorial:* Aine Marchesi da Silva, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

*Gerente de Conteúdo Tax:* Vanessa Miranda de M. Pereira

*Direitos Autorais:* Viviane M. C. Carmezim

*Assistente de Conteúdo Editorial:* Juliana Menezes Drumond

*Analista de Operações Editoriais:* Alana Fagundes Valério

*Analista de Conteúdo Editorial Júnior:* Bárbara Baraldi

*Estagiárias:* Ana Amalia Strojnowski e Mirna Adei Nasser

*Produção Editorial*

*Gerente de Conteúdo*

**ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES**

*Especialistas Editoriais:* Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

*Analista de Projetos:* Larissa Gonçalves de Moura

*Analistas de Operações Editoriais:* Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto, Patrícia Melhado Navarra e Vanessa Mafra

*Analistas de Qualidade Editorial:* Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Thaís Pereira e Victória Menezes Pereira

*Estagiárias:* Bianca Satie Abduch, Gabrielly N. C. Saraiva, Maria Carolina Ferreira e Sofia Mattos

*Capa:* Linotec

*Líder de Inovações de Conteúdo para Print*

**CAMILLA FUREGATO DA SILVA**

*Equipe de Conteúdo Digital*

*Coordenação*

**MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO**

*Analistas:* Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

*Gerente de Operações e Produção Gráfica*

**MAURÍCIO ALVES MONTE**

*Analistas de Produção Gráfica:* Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

*Assistente de Produção Gráfica:* Ana Paula de Araújo Evangelista

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Código de Processo Penal : estudos comemorativos aos 80 anos de vigência : Volume 2 / Guilherme Madeira, Gustavo Badaró e Rogério Schietti Cruz, coordenação. São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2021.

Vários autores.  
Bibliografia.  
ISBN 978-65-5991-641-2

1. Processo penal 2. Processo penal Brasil I. Madeira, Guilherme. II. Badaró, Gustavo. III. Cruz, Rogério Schietti.

21-84465

CDU-343.1(81)(094.4)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Código de Processo Penal 343.1(81)(094.4)  
Cibele Maria Dias Bibliotecária CRB-8/9427

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO</b> .....	5
ROGERIO SCHIETTI CRUZ, GUSTAVO HENRIQUE BADARÓ E GUILHERME MADEIRA DEZEM	
<b>SOBRE OS COORDENADORES</b> .....	9
<b>PARTE I</b>	
<b>PROVA</b>	
<b>DEPOIMENTO ESPECIAL: UM PROCEDIMENTO NO PROCESSO PENAL</b> .....	29
MARIA DOMITILA PRADO MANSSUR	
1. Natureza jurídica do depoimento especial.....	29
2. Prova oral e oitiva de vulneráveis vítimas e testemunhas de violência.....	31
3. Prova pericial e equipe multidisciplinar.....	33
4. Depoimento especial realizado pela autoridade policial e pela autoridade judiciária. A produção antecipada de provas.....	34
5. Procedimento do depoimento especial e princípios constitucionais relacionados ao processo penal.....	37
5.1. Presunção de inocência.....	38
5.2. Igualdade das partes.....	39
5.3. Ampla defesa e contraditório.....	40
5.4. Publicidade.....	43
6. Conclusão.....	45
7. Referências bibliográficas.....	46
<b>ENTRE A PROBABILIDADE E A SEGURANÇA DO JUÍZO DE FATO: A COMPLETUDE DO CONJUNTO PROBATÓRIO (EVIDENTIAL COMPLETENESS) E A MELHOR PROVA (BEST EVIDENCE) COMO PRINCÍPIOS DE VALORAÇÃO PROBATÓRIA</b> .....	47
GISELA AGUIAR WANDERLEY	
1. Introdução.....	47
2. Da relação teleológica entre prova e verdade: uma premissa importante.....	48
3. Da diferença entre probabilidade e segurança do juízo de fato: valor probatório e peso probatório.....	50
4. Do princípio da completude do conjunto probatório ( <i>evidential completeness</i> ou <i>complete evidence</i> ).....	52
5. Do princípio da melhor prova ( <i>best evidence principle</i> ).....	55

6.	Os princípios da completude do conjunto probatório e da melhor prova no direito processual penal brasileiro .....	58
7.	A completude e a confiabilidade da prova como princípios de valoração probatória à luz da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) .....	59
7.1.	O art. 158 do CPP e a (im)prescindibilidade de exame pericial de arrombamento/escalada no crime de furto (CP, art. 155, § 4º, I e II) e de prestabilidade de arma de fogo utilizada no crime de roubo (CP, art. 157, § 2º-A, I) .....	60
7.2.	O art. 226 do CPP e o procedimento para o reconhecimento de pessoas ...	61
7.3.	A necessidade de filmagem do consentimento para o ingresso policial em domicílio .....	62
7.4.	A licitude da captura de tela ( <i>printscreen</i> ) de diálogo travado via <i>WhatsApp Web</i> por interlocutor .....	64
7.5.	O valor probatório do depoimento da vítima .....	65
8.	Conclusão .....	66
9.	Referências bibliográficas .....	66

## PROPOSTAS DE CONTROLE DA PROVA PARA O APRIMORAMENTO DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO .....

69

RENATO STANZIOLA VIEIRA

1.	Introdução .....	69
2.	O controle da prova penal a partir do prisma da obtenção e da admissibilidade ...	71
3.	Momentos procedimentais probatórios: controles sobre a admissibilidade de meios de prova .....	72
4.	Categorias probatórias e possibilidade de controle de obtenção e admissibilidade .....	75
4.1.	Os nomeados “meios de obtenção de prova”: o <i>duplo controle</i> .....	76
4.2.	Os atos de produção probatória cautelar, irrepetível e antecipada .....	78
4.3.	O controle na produção da prova pré-constituída .....	80
5.	A audiência de filtragem epistemológica .....	81
6.	Conclusões .....	83
7.	Referências bibliográficas .....	84

## INTERROGATÓRIO POR VIDEOCONFERÊNCIA AO LONGO DOS 80 ANOS DE CÓDIGO DE PROCESSO PENAL .....

87

DANYELLE GALVÃO

1.	Do início do uso da tecnologia aos julgamentos do Supremo Tribunal Federal sobre o tema .....	87
2.	A aprovação da Lei 11.900/09 e a inclusão do interrogatório a distância no CPP .....	94
3.	Possibilidade de interrogatório virtual para acusados soltos .....	96
4.	Requisitos mínimos para a validade do ato processual .....	98
5.	A pandemia e as novas previsões sobre interrogatório por videoconferência ....	102
6.	Referências bibliográficas .....	105

<b>O CONTROLE DE ADMISSIBILIDADE DAS PROVAS.....</b>	<b>109</b>
GERALDO PRADO	
<b>ODEPOIMENTODA VÍTIMA NO PROCESSO PENAL: A VALORAÇÃO DA PROVA COM PERSPECTIVA DE GÊNERO COMO GARANTIA DO ACESSO À JUSTIÇA...</b>	<b>119</b>
ADRIANA RAMOS DE MELLO	
1. Introdução.....	119
2. Marcos normativos internacionais de direitos humanos das mulheres e dos direitos das vítimas de crimes .....	124
3. Do papel da ofendida/vítima de crimes de gênero no processo penal. Do direito de falar e de se calar .....	127
4. Importância da valoração da prova com perspectiva de gênero para a garantia do direito de acesso à justiça nos casos de violência sexual .....	132
5. Considerações finais .....	136
6. Referências bibliográficas .....	137
<b>CONSIDERAÇÕES EPISTÊMICAS SOBRE O RECONHECIMENTO DE PESSOAS: PRODUÇÃO, VALORAÇÃO E (IN)SATISFAÇÃO DO STANDARD PROBATÓRIO PENAL .....</b>	<b>141</b>
JANAINA MATIDA	
1. Introdução.....	142
2. O reconhecimento de pessoas e as formalidades do art. 226 e o estado de mera recomendação .....	144
3. A mudança de cenário, ou “a urgência de um novo rumo” para o reconhecimento de pessoas.....	146
4. A produção do reconhecimento balizada por avanços científicos .....	147
5. A valoração da prova de reconhecimento .....	150
6. A seleção da hipótese fática a ser incorporada como premissa menor da decisão judicial (aplicação do <i>standard</i> probatório) .....	152
7. Conclusão .....	153
8. Referências bibliográficas .....	153
<b>OSILÊNCIO NO INTERROGATÓRIO NÃO SE ESCUTA: SAGACIDADE INQUI- SITÓRIA DO CÓDIGO DE 1941 .....</b>	<b>157</b>
LEONARDO AUGUSTO MARINHO MARQUES	
1. Introdução.....	157
2. Oitenta anos de falsa polivalência: seria possível articular uma legislação fascista com a constituição de um estado democrático? .....	158
3. A lógica probante do interrogatório: legado da mentalidade inquisitória .....	163
4. A estrutura probante do interrogatório de 1941: incompatibilidade com a plataforma concebida pelo bloco de constitucionalidade para viabilizar a auto- defesa .....	166
5. A estrutura arcaica do interrogatório de 1941: condicionamento à realidade cotidiana do processo penal.....	169

## 14 CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: ESTUDOS COMEMORATIVOS AOS 80 ANOS DE VIGÊNCIA

6. Conclusão .....	170
7. Referências bibliográficas .....	171

### DOS DIFERENTES BALIZAMENTOS DO STANDARD PROBATÓRIO NA DECISÃO DE PRONÚNCIA .....

ANTÔNIO DE PADOVA MARCHI JÚNIOR

1. Considerações iniciais .....	173
2. Do movimento reativo dos tribunais superiores para cobrar melhor fundamentação da decisão de pronúncia .....	174
3. Do indispensável juízo de certeza quanto à materialidade delitiva .....	178
4. Da suficiência probatória referente à autoria e à participação .....	179
5. Das disposições do “Pacote Anticrime” e a indiferença da jurisprudência quanto ao reconhecimento das qualificadoras do homicídio .....	181
6. Conclusões .....	183
7. Referências bibliográficas .....	184

### PATERNALISMO EPISTÊMICO: ENTRE A ADMISSIBILIDADE E A EXCLUSÃO PROBATÓRIA NO PROCESSO PENAL.....

ABRÃO AMISY NETO

1. Introdução.....	185
2. O princípio geral da inclusão da prova e a relevância .....	188
3. A exclusão da prova e a admissibilidade .....	190
4. A respeito do paternalismo .....	191
5. ● paternalismo epistêmico e a exclusão da prova .....	194
6. Uma valoração neutra a respeito do paternalismo epistêmico .....	197
7. Conclusão .....	199
8. Referências bibliográficas .....	200

### LIMITES AO PRINCÍPIO DE INADMISSIBILIDADE DE PROVAS ILÍCITAS E DERIVADAS DE ILÍCITAS? .....

SÉRGIO REBOUÇAS

1. Considerações iniciais .....	203
2. ● sentido do princípio de exclusão de provas obtidas por meios ilícitos .....	204
3. Prova ilícita originária e limites ao princípio de inadmissibilidade .....	206
3.1. Limites à regra de exclusão na jurisprudência norte-americana.....	206
3.2. Limites ao princípio de inadmissibilidade no Direito brasileiro .....	209
4. Prova derivada de ilícita e limites ao princípio de inadmissibilidade .....	214
4.1. Exceções admitidas na jurisprudência norte-americana .....	215
4.2. Exceções aplicáveis no Direito brasileiro: entre a fonte independente e a descoberta inevitável. E a atenuação da causalidade? .....	218
5. Considerações finais .....	219

<b>A PROVA ILÍCITA E SEUS EFEITOS PROCESSUAIS .....</b>	<b>221</b>
JOÃO FELIPE MENEZES LOPES	
<b>O BRASIL QUE SE REVELA PELO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO: O INCONSCIENTE DE NOSSAS PRÁTICAS EM PERSECUÇÃO PENAL .....</b>	<b>239</b>
RAFAEL RAFAELLI, DOMINGOS BARROSO DA COSTA E ANDREY RÉGIS DE MELO	
1. Contextualizando o debate.....	239
2. A Defensoria Pública, os fotógrafos e os fotografados.....	241
3. De quem se alimentam nossas fogueiras? A matriz escravagista dos estereótipos que ainda hoje povoam nosso imaginário e nossos cárceres.....	243
4. O reconhecimento fotográfico, as práticas brasileiras em persecução penal e a recente inflexão crítica do Superior Tribunal de Justiça .....	247
5. Considerações finais.....	252
6. Referências bibliográficas .....	253

## PARTE II COLABORAÇÃO PREMIADA

<b>COLABORAÇÃO PREMIADA E INTEROPERATIVIDADE NORMATIVA .....</b>	<b>257</b>
FAUZI HASSAN CHOUKR	
1. Proposta do presente texto .....	257
2. Modelos normativos do colaboracionismo penal .....	258
2.1. Coexistência de modelos normativos de colaboração premiada .....	259
3. Alcance da interoperabilidade normativa .....	262
3.1. Extensão dos benefícios a testemunhas: limites e possibilidades.....	264
4. Referências bibliográficas .....	266
<b>PRINCÍPIOS VETORES DO ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA .....</b>	<b>267</b>
FRANCISCO SANNINI	
1. Introdução.....	267
2. Considerações gerais .....	269
3. Princípio da discricionariedade .....	271
4. Princípio da sigilosidade.....	271
5. Princípio da boa-fé objetiva .....	275
6. Princípio da vedação do comportamento contraditório .....	275
7. Princípio da Autonomia da Vontade Mitigada .....	277
8. Princípio da voluntariedade .....	279
9. Princípio da complementariedade ou da corroboração .....	279
10. Conclusão .....	282
11. Referências bibliográficas .....	283

**PARTE III**  
**SENTENÇA**

<b>A INCOMPATIBILIDADE JURÍDICA DA MEDIDA DE SEGURANÇA.....</b>	<b>287</b>
ALESSA PAGAN VEIGA	
1. Introdução.....	287
2. Da ficção à realidade .....	288
3. Do século XVII ao XXI nos “porões da loucura” .....	289
4. A medida de segurança pública .....	292
5. A inadequação do processo penal ao louco infrator .....	294
6. Não recepção constitucional parcial do Código de Processo Penal, do Código Penal e da Lei de Execução Penal.....	296
7. Lei antimanicomial e a revogação parcial do Código de Processo Penal, do Código Penal e da Lei de Execução Penal .....	297
8. Projeto do novo Código de Processo Penal .....	301
9. Conclusão .....	302
10. Referências bibliográficas.....	303
 <b>STANDARD DE PROVA, LIVRE CONVENCIMENTO E FUNDAMENTAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS COMO CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA GARANTIR UMA DECISÃO JUDICIAL ADEQUADA.....</b>	 <b>307</b>
AMÉRICO BENE FREIRE JUNIOR E GUSTAVO SENNA	
1. Introdução.....	307
2. <i>Standard</i> de prova e livre convencimento motivado: o estabelecimento de critérios para o julgador.....	310
3. A Fundamentação da Decisão Judicial: o controle se os juízes aplicarem de modo correto os <i>standards</i> e o livre convencimento motivado .....	317
4. Conclusão .....	320
5. Referências bibliográficas .....	323
 <b>EFEITOS DAS DECISÕES ADMINISTRATIVAS SOBRE O PROCESSO PENAL E DAS DECISÕES PENAIS SOBRE O PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR .....</b>	 <b>325</b>
JOEL ILAN PACIORNIK E MARCELO COSTENARO CAVALI	
1. Introdução.....	325
2. Acessoriedade administrativa .....	326
3. Peculiaridades da acessoriedade administrativa conceitual .....	328
4. O término do procedimento administrativo como pressuposto para a persecução penal.....	329
5. Efeitos da decisão administrativa sobre a esfera penal .....	331
5.1. Questões fáticas .....	332
5.2. Questões ( eminentemente) jurídicas.....	333
5.3. Questões ( eminentemente) técnicas.....	337

6. Efeitos da decisão penal sobre o processo administrativo sancionador .....	337
7. Referências bibliográficas .....	340

<b>PODE O JUIZ CONDENAR QUANDO O MINISTÉRIO PÚBLICO PEDE A ABSOLVIÇÃO DO RÉU? O ART. 385 DO CPP ENTRE O SISTEMA ACUSATÓRIO E O PODER JURISDICIONAL .....</b>	<b>341</b>
--	------------

BENEDITO GONÇALVES E FELIPE BERKENBROCK GOULART

1. Introdução .....	341
2. O art. 385 do CPP .....	342
3. Filtragem constitucional e recepção .....	344
4. Adoção do sistema acusatório pela CF/1988.....	345
5. Argumentos contrários ao art. 385 do CPP .....	347
5.1. Providência a ser tomada pelo juiz.....	351
6. Argumentos favoráveis ao art. 385 do CPP .....	352
7. Considerações finais .....	357
8. Referências bibliográficas .....	358

#### PARTE IV PROCEDIMENTOS

<b>DEVIDO PROCESSO LEGAL E VIRTUALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIAS CRIMINAIS .....</b>	<b>363</b>
--	------------

DIOGO MALAN E MARTA SAAD

1. Introdução.....	363
2. Virtualização de audiência criminais: percurso normativo e atual estágio .....	366
3. Audiência de custódia .....	369
4. Audiência de instrução e julgamento.....	376
5. Sessão plenária de Tribunal do Júri .....	383
6. Conclusão .....	386
7. Referências bibliográficas .....	389

<b>AUDIÊNCIAS DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO: AVANÇOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ORALIDADE NO SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO .....</b>	<b>391</b>
---	------------

FERNANDA NUNES MORAIS DA SILVA

1. Introdução e um comparativo ainda necessário: sistema inquisitório x sistema acusatório .....	391
2. Reforma processual penal de 2008: uma audiência oral (e acusatória)? .....	394
3. O princípio da oralidade e o feixe principiológico do sistema processual penal acusatório .....	395
4. Olhando para as práticas: os esforços legislativos frutificaram?.....	398
5. Considerações finais .....	401
6. Referências bibliográficas .....	402



<b>A FASE DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA – CRÍTICAS E PERSPECTIVAS ....</b>	<b>403</b>
<b>LUIS HENRIQUE MACHADO</b>	
1. Introdução.....	403
2. Competência e procedimento .....	404
3. Requisitos para o recebimento da denúncia.....	406
4. Vícios na decisão de recebimento da denúncia .....	407
4.1. Denúncia genérica.....	407
4.1.1. Crime societário .....	408
4.1.2. Delito de organização criminosa (Orccrim) .....	411
4.1.3. Exceção: recebimento da denúncia genérica em caso de autoria coletiva simples .....	414
4.2. O fundamento <i>in dubio pro societate</i> como justificativa para o recebimento da denúncia .....	414
4.3. A colaboração premiada como indício para justificar a admissão da inicial acusatória e os elementos corroborativos endógenos.....	417
5. Juízos de diagnose e de prognose .....	419
6. Conclusão .....	421
7. Referências bibliográficas.....	421

## PARTE V

### JÚRI

<b>O STANDARD DA PROVA INDICIÁRIA NO TRIBUNAL DO JÚRI .....</b>	<b>425</b>
<b>JAYME WEINGARTNER NETO</b>	
1. Introdução.....	425
2. A racionalidade e o Tribunal do Júri .....	427
3. <i>Standards</i> probatórios para a pronúncia e para a condenação.....	428
4. A prova indiciária, uma apelação em rigorosa cognição.....	435
5. Exemplo de aplicação do modelo delineado .....	445
6. Conclusão .....	446
7. Referências bibliográficas.....	446
<b>QUAL JÚRI PARA OS PRÓXIMOS OITENTA ANOS?.....</b>	<b>449</b>
<b>ORLANDO FACCINI NETO</b>	
1. Introdução.....	449
2. À guisa de premissa: nenhuma mudança que malfira a Constituição.....	450
3. A competência do júri na lei ordinária.....	451
4. A pronúncia e a tortuosa trilha recursal .....	452
5. Júris de procedimento sumário e sumaríssimo .....	454
6. Júri de elevada complexidade .....	456
7. Quesitos .....	457
8. Conclusão .....	461
9. Referências bibliográficas.....	461

<b>EXECUÇÃO IMEDIATA DA PENA NO JÚRI: REFLEXÕES PARA ALÉM DE SUA MANIFESTA INCONSTITUCIONALIDADE.....</b>	<b>463</b>
LEONARDO MARCONDES MACHADO	
1. A Reforma Legislativa de 2019 e os influxos autoritários no sistema processual penal brasileiro.....	463
2. O Supremo Tribunal Federal e a (im)possibilidade de execução imediata da pena no júri.....	467
3. Reflexão basilar.....	472
4. Referências bibliográficas.....	473
<b>QUESITAÇÃO E SOBERANIA DO JÚRI.....</b>	<b>477</b>
ANTONIO CARLOS DA PONTE	
1. Soberania dos <i>verdictos</i> como garantia constitucional.....	479
2. Quesitação.....	481
3. Quesito genérico sobre absolvição e delimitação da apelação.....	484
4. Artigo 492, inciso II, alínea “c”, do CPP e soberania dos <i>verdictos</i> .....	486
5. Soberania do Júri e questões surgidas no curso dos debates em plenário.....	487
6. Conclusões.....	489
7. Referências bibliográficas.....	489
<b>A EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA FIXADA EM JULGAMENTO PELO TRIBUNAL DO JÚRI.....</b>	<b>491</b>
FERNANDA PASCOAL VALLE BUENO DE CASTILHO	
1. Introdução.....	491
2. Estado democrático de direito.....	492
3. Princípio da presunção de inocência a legislação aplicável.....	494
4. O Tribunal do Júri e o Pacote Anticrime: a mitigação do princípio da presunção de inocência.....	495
5. Conclusão.....	498
6. Referências bibliográficas.....	499
<b>O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL.....</b>	<b>501</b>
JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI E ANDRÉ LUIZ NOGUEIRA	
1. O Tribunal do Júri no ordenamento constitucional brasileiro.....	501
2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	508
3. O Tribunal do Júri em números.....	512
4. Considerações finais.....	513
5. Referências bibliográficas.....	514
<b>PARTE VI</b>	
<b>PRISÃO E MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS</b>	
<b>TRAJETÓRIA DE OITENTA ANOS DA PRISÃO E DA LIBERDADE PROVISÓRIAS.....</b>	<b>517</b>
ANTONIO SCARANCE FERNANDES	
1. A prisão no Código de Processo Penal de 1941.....	517

2. Evolução até a Constituição de 1988.....	519
3. A prisão na Constituição Federal de 1988 e legislação posterior até a Lei 12.403/2011 .....	521
4. A relevância da sistematização advinda com a Lei 12.403/2011 .....	525
5. As espécies de medidas cautelares pessoais na Lei 12.403/2011 .....	527
6. A prisão preventiva na Lei 12.403/2011.....	528
7. A reforma pela Lei 13.964/2019.....	530
8. Conclusão .....	533
9. Referências bibliográficas.....	534

## REFLEXÕES SOBRE A CONTEMPORANEIDADE NO ÂMBITO DAS MEDIDAS CAUTELARES PESSOAIS .....

RODRIGO CAPEZ

1. Introdução.....	537
2. Distinção necessária .....	539
3. Natureza jurídica da contemporaneidade. Distinções terminológicas necessárias: pressuposto, requisito e característica das medidas cautelares pessoais.....	541
3.1. O pressuposto do <i>fumus commissi delicti</i> .....	541
3.2. O requisito do <i>periculum libertatis</i> .....	543
3.3. Características das medidas cautelares .....	545
3.4. Contemporaneidade como elemento constitutivo do <i>periculum libertatis</i> .....	548
4. Âmbito de incidência da contemporaneidade.....	549
5. Contemporaneidade da imputação ou contemporaneidade do fato gerador do <i>periculum libertatis</i> ?.....	549
6. Contemporaneidade e garantia da ordem pública .....	551
7. Contemporaneidade e garantia da ordem econômica .....	557
8. Contemporaneidade e necessidade para a investigação ou a instrução criminal ....	557
9. Contemporaneidade e garantia da aplicação da lei penal .....	560
10. Contemporaneidade do fato em si ou contemporaneidade do conhecimento do fato e sua autoria?.....	562
11. Contemporaneidade e decretação da prisão preventiva na sentença condenatória.....	565
12. Contemporaneidade e marco temporal.....	566
13. Conclusão .....	568
14. Referências bibliográficas.....	569

## AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UMA QUESTÃO DE CIDADANIA TRANSNACIONAL.....

ORLY KIBRIT

1. Introdução.....	571
2. O conceito de cidadania e a sua concepção transnacional.....	572
3. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e a proteção unitária da cidadania.....	575

4. Audiência de custódia no Brasil: integração entre direito interno e direito internacional na proteção da cidadania.....	576
5. Conclusão .....	583
6. Referências bibliográficas.....	584
<b>INQUIETAÇÕES SOBRE A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA .....</b>	<b>587</b>
NESTOR TÁVORA E FELIPE DE ALENCAR	
1. Breve apanhado histórico .....	587
2. Análise estrutural da audiência de custódia.....	589
3. Possibilidade de realização da audiência de custódia para prisões cautelares ...	593
4. Conteúdo da entrevista com a pessoa presa .....	595
5. Procedimento da audiência de custódia – art. 310, <i>caput</i> , do CPP e Resolução n.º 213/2015 do CNJ.....	596
6. Conclusão .....	599
7. Referências bibliográficas.....	599
<b>PRISÃO PROCESSUAL: DISTINÇÕES RELEVANTES ENTRE A PRORROGAÇÃO E A REVISÃO NONAGESIMAL.....</b>	<b>601</b>
WALTER NUNES DA SILVA JÚNIOR	
1. Introdução.....	601
2. Sistema prisional na redação originária do Código de Processo Penal de 1941....	603
3. Novo paradigma prisional do Código de Processo Penal (Lei nº 12.403, de 2011, e Lei nº 13.964, de 2019) .....	605
4. Duração razoável da prisão preventiva .....	607
4.1. Prazo máximo de duração da prisão preventiva na fase da investigação e aspectos referentes à prorrogação .....	609
4.2. A prisão preventiva na fase do processo e o prazo nonagesimal da renovação .....	612
5. Conclusão .....	617
6. Referências bibliográficas.....	618
<b>AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA PRESENCIAL É DIREITO DO PRESO E DEVER DO ESTADO NO COMBATE À TORTURA.....</b>	<b>619</b>
VITÓRIA DE MACEDO BUZZI E MARCO AURÉLIO GASTALDI BUZZI	
<b>A AUDIÊNCIA DE CUSTÓDIA NA ORDEM JURÍDICA BRASILEIRA.....</b>	<b>633</b>
HUMBERTO MARTINS	
1. Introdução e contextualização.....	633
2. Definição e marco legal da audiência de custódia .....	635
3. Propostas legislativas e regulamentação legal.....	636
3.1. Audiência de Custódia: constitucionalidade da regulamentação administrativa.....	639

4.	Finalidades da audiência de custódia.....	641
4.1.	Finalidades principais da audiência de custódia na hipótese de prévia prisão preventiva .....	643
4.2.	Limitação à produção de provas na audiência de custódia .....	644
5.	Princípio da identidade física do juiz e audiência de custódia por videoconferência.....	645
6.	Obrigatoriedade da audiência de custódia e efeitos da sua não realização.....	647
6.1.	Descumprimento pela autoridade policial do prazo de 24 horas para a apresentação do preso.....	650
6.2.	Descumprimento do prazo de 24 horas para a apresentação do preso, em caso de prisão preventiva ou prisão temporária .....	651
7.	Referências bibliográficas.....	651

## PROCESSO-CRIME, PRINCÍPIO DA NÃO CULPABILIDADE E PRISÃO PREVENTIVA..... 653

MARCO AURÉLIO MELLO

1.	Introdução.....	653
2.	Princípio da não culpabilidade .....	654
3.	Prisão preventiva .....	656
4.	Conclusão .....	664
5.	Referências Bibliográficas.....	664

## PARTE VII RECURSO

### O RECURSO CONTRA A SENTENÇA DO TRIBUNAL DO JÚRI MANIFESTAMENTE CONTRÁRIA À PROVA DOS AUTOS: COMPATIBILIZAÇÃO DA SOBERANIA DOS VEREDICTOS COM A PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA ..... 667

GUSTAVO BADARÓ

1.	Introdução.....	667
2.	O Júri e a função dos jurados no juízo de fato no processo penal .....	668
2.1.	Das características constitucionais do Tribunal do Júri.....	668
2.2.	Premissas sobre verdade e a prova para um modelo de valoração racional... ..	672
2.3.	O Júri e a decisão sobre o juízo de fato .....	675
3.	Da presunção de inocência e o conceito de “decisão manifestamente contrária à prova dos autos” .....	677
3.1.	Da soberania dos veredictos.....	677
3.2.	A presunção de inocência em sua manifestação do <i>in dubio pro reo</i> .....	679
3.3.	Dos recursos da decisão do Tribunal do Júri contrária à prova dos autos: a evolução legislativa .....	681
3.4.	Dos recursos da decisão do Tribunal do Júri no Código de Processo Penal de 1941.....	683

3.5. A soberania dos veredictos e a presunção de inocência: necessidade de compatibilização constitucional.....	686
4. Conclusões.....	693
5. Referências bibliográficas.....	694

**O PROCESSO PENAL BRASILEIRO E A ESTRUTURA DE PRECEDENTES: DESAFIOS DE UMA NOVA LÓGICA EM BUSCA DE UMA POLÍTICA PROCESSUAL DEMOCRÁTICA.....** 697

GABRIEL ANTINOLFI DIVAN

1. Jurisdicionalidade e estabilidade: notas iniciais sobre o panorama político do poder, dever e função decisional.....	697
2. A funcionalidade dos precedentes e dos aparelhos de filtragem recursal: da disputa imagética à estrutura processual inovadora.....	702
3. ● novo controle da fundamentação decisional penal: a congruência jurisprudencial e a política processual.....	707
4. Considerações finais – novos problemas, novos desafios.....	711
5. Referências bibliográficas.....	712

**OSISTEMA BRASILEIRO DE PRECEDENTES, O PROCESSO PENAL E O GRUPO DE TRABALHO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA PARA O FORTALECIMENTOS DOS PRECEDENTES.....** 713

ALUISIO GONÇALVES DE CASTRO MENDES

1. Introdução.....	713
2. A aplicação do sistema de precedentes ao processo penal.....	714
3. As decisões de controle concentrado de constitucionalidade.....	718
4. ●s enunciados de súmula vinculante e as súmulas do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça.....	718
5. ● microsistema de incidentes fixadores de teses jurídicas.....	719
6. ● grupo de trabalho do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para o fortalecimento dos precedentes.....	721
7. Conclusão.....	725
8. Referências bibliográficas.....	725

**A PROIBIÇÃO DA REFORMATIO IN PEJUS NA VISÃO DA DEFESA.....** 727

GUSTAVO DE ALMEIDA RIBEIRO

1. <i>A reformatio in pejus</i> . Aspectos comuns.....	727
2. <i>Reformatio in pejus</i> : questões controvertidas.....	728
2.1. Do agravamento qualitativo da pena.....	729
2.2. Do sistema acusatório.....	730
3. Conclusão.....	734
4. Referências bibliográficas.....	735

**PARTE VIII**  
**HABEAS CORPUS**

**O HABEAS CORPUS NO CPP E A TUTELA INDIRETA DA LIBERDADE: O IMPACTO DAS CONSTITUIÇÕES DE 1946 E 1988 E AS RESISTÊNCIAS** ..... 739

ALBERTO ZACHARIAS TORON

1. Importância do tema .....	739
2. Anatomia do <i>habeas corpus</i> .....	740
3. As críticas .....	745
3.1. As “10 Medidas” .....	745
3.2. A preservação do sistema recursal .....	747
3.3. Abuso no emprego do <i>habeas corpus</i> .....	750
4. <i>Habeas corpus</i> coletivo .....	751
5. <i>Habeas corpus</i> como precedente .....	753
6. Conclusão .....	755
7. Referências bibliográficas .....	756

**O PAPEL DA DEFENSORIA PÚBLICA NA CONSOLIDAÇÃO DO HABEAS CORPUS COLETIVO COMO INSTRUMENTO DE DEFESA EM MATÉRIA PENAL**.... 759

LUCIANA JORDÃO DA MOTTA ARMILIATO DE CARVALHO E RAFAEL RAMIA MUNERATI

1. Introdução .....	759
2. O <i>Habeas Corpus</i> Coletivo no contexto da litigância de massas e a geração de precedentes (qualificados?) .....	760
3. O manejo do HC Coletivo pela Defensoria Pública e a construção da sua jurisprudência nos Tribunais Superiores .....	762
3.1. O início e a evolução da jurisprudência do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo no STJ e no STF .....	763
3.2. A consolidação da jurisprudência do <i>Habeas Corpus</i> Coletivo .....	769
3.2.1. No Supremo Tribunal Federal .....	769
3.2.2. No Superior Tribunal de Justiça .....	772
4. Conclusão .....	776
5. Referências bibliográficas .....	777

**PARTE IX**  
**COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL**

**NE BIS IN IDEM INTERNACIONAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA A PARTIR DA JURISPRUDÊNCIA DO STF** ..... 781

ANDREY BORGES DE MENDONÇA

1. Introdução .....	781
2. Decisão do STF no HC 171.118 .....	782
3. Fundamentos para o <i>ne bis in idem</i> interno .....	783
4. <i>Ne bis in idem</i> internacional .....	786
4.1. Extensão dos fundamentos do <i>ne bis in idem</i> interno .....	787

4.2. Garantia no Direito Internacional.....	788
4.2.1. Instrumentos universais .....	789
4.2.2. Instrumentos regionais.....	791
4.2.3. Jurisdição universal.....	793
4.2.4. Tribunais penais internacionais.....	795
4.2.5. Princípio geral do Direito Internacional .....	796
4.3. Garantia no direito interno .....	798
5. Crítica à posição do STF .....	804
6. Os riscos do ilimitado reconhecimento ao <i>ne bis in idem</i> internacional .....	807
7. Conclusões.....	815
8. Referências bibliográficas.....	816

## DESAFIOS DA COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL NO PROCESSO PENAL .....

819

MARIA THEREZA ROCHA DE ASSIS MOURA E MARIA PAULA CASSONE ROSSI

1. Cooperação jurídica internacional: generalidades.....	819
2. A autoridade central e os mecanismos de cooperação jurídica internacional ...	822
2.1. A autoridade central .....	822
2.2. Mecanismos de cooperação jurídica internacional .....	823
3. Cooperação jurídica internacional em matéria penal: tramitação.....	827
4. A cooperação jurídica internacional no projeto do novo Código de Processo Penal.....	828
5. A cooperação jurídica internacional no processo penal: os crimes transnacionais e a tecnologia.....	829
6. Julgados dos tribunais superiores sobre cooperação jurídica internacional no processo penal.....	832
7. Desafios da cooperação jurídica internacional no processo penal.....	834
8. Considerações finais.....	836
9. Referências bibliográficas.....	837

## COOPERAÇÃO JURÍDICA INTERNACIONAL E O PROCESSO PENAL BRASILEIRO: UM DIÁLOGO ENTRE O PASSADO, O PRESENTE E O FUTURO .....

839

FÁBIO RAMAZZINI BECHARA

1. Introdução.....	839
2. A regulação da cooperação jurídica internacional no processo penal brasileiro ...	840
2.1. Notas introdutórias .....	840
2.2. Do Livro V do CPP.....	842
3. Cooperação jurídica internacional no Projeto de Lei n. 8045/2010 – Livro V ...	846
4. Questões controvertidas.....	849
4.1. Primazia dos tratados .....	850
4.2. Transmissão espontânea de provas e informações .....	851
4.3. <i>E-evidences</i> .....	853
4.4. Colaboração premiada e concurso de jurisdições .....	854



## 26 | C●DIGO DE PROCESSO PENAL: ESTUDOS COMEMORATIVOS AOS 8● ANOS DE VIGÊNCIA

4.5. Redes de cooperação.....	855
5. Conclusão .....	858
6. Referências bibliográficas.....	859